O Estado e os direitos sociais

28-Feb-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da GraÃ§a M. PintoÂ

Â

Se hÃ¡ uma fronteira clara entre as polÃ-ticas que promovem uma modernizaÃ§Ã£o conservadora e as que defendem o aprofundamento da democracia esta situa-se na forma como perspectivam o papel do poder na sociedade. De um lado os que defendem que, na esteira das conquistas sociais do pÃ³s guerra, cabe ao Estado garantir os direitos sociais dos cidadÃ£os e o acesso universalÂ e gratuito aÂ serviÃ§os pÃºblicos de qualidade. Do outro, os defensores da iniciativa privada como remÃ©dio para todos os males.

As polÃ-ticas neo-liberais preconizam a reduÃ§Ã£o dos direitos dos trabalhadores,Â a precariedade laboral ,o aumento da idade da reforma e os cortes nos serviÃ§os pÃºblicos,Â para ultrapassar a criseÂ financeira, originadaÂ pela especulaÃ§Ã£o eÂ Â a economia de casino.

Esta lÃ³gica, que invoca argumentos como o equilÃ-brio das finanÃ§as pÃºblicas cai pela base quando nos detemos nos exorbitantes salÃ¡rios pagos a quadrosÂ de empresas pÃºblicas envoltos em escÃ¢ndalosÂ e naÂ falta de transparÃªnciaÂ no sector PÃºblico.

Para as polÃ-ticas neo-liberais as pessoas nÃ£o contam. Os cidadÃ£os nÃ£o passam de nÃºmeros! Com base em argumentos como a eficiÃªncia e a eficÃ¡cia dos serviÃ§os pÃºblicos, medidos por cÃ¡lculos de deve e haver, encerram-se serviÃ§osÂ Â e delegam-se responsabilidades para o sector privado que vaiÂ facturando Ã conta destas opÃ§Ãµes pretensamente eficazes.

Ã‰ neste contexto que se insere o anunciado encerramento do ServiÃ§o de FinanÃ§as dois de Viseu e, na Ã¡rea da saÃºde, do ServiÃ§o de Atendimento Permanente de Santa Comba DÃ£o.

Mais uma vez, em nome de uma pretensa eficÃ¡cia, elege-se como alvo os mesmos de sempre, os sectores mais fragilizados da populaÃ§Ã£o!

NÃ£o hÃ¡ pachorra para tanta demagogia!

Â

no www.viseumais.com